

SUMÁRIO

| | |
|----------------------|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 7 |
| PREFÁCIO..... | 13 |
| AGRADECIMENTOS | 19 |
| INTRODUÇÃO | 29 |

CAPÍTULO 1.

A PRESUNÇÃO SEGUNDO OS PROCESSUALISTAS

| | |
|---|----|
| 1.1. Descrevendo a explicação tradicional..... | 41 |
| 1.1.1. Presunção Legal vs. Presunção judicial | 43 |
| 1.1.2. Presunção Relativa vs. Presunção Absoluta | 47 |
| 1.2. As “máximas de experiência” e uma estrutura comum | 50 |
| 1.3. As falsas presunções | 56 |
| 1.4. Operatividade das presunções legais: seus efeitos para as partes e para o juiz | 59 |
| 1.4.1. As presunções relativas com fato básico | 59 |
| 1.4.2. As presunções relativas sem fato básico..... | 61 |
| 1.4.3. As presunções absolutas | 61 |
| 1.5. Operatividade da presunção judicial | 63 |
| 1.6. Breves conclusões e uma proposta de reclassificação das abordagens direcionadas à temática das presunções..... | 64 |

CAPÍTULO 2.

A PRESUNÇÃO SEGUNDO OS FILÓSOFOS JURISTAS:
RECONSTRUTIVISTAS DIRETOS

| | |
|--|-----|
| 2.1. Jerzy Wróblewski | 67 |
| 2.1.1. As presunções como normas jurídicas | 68 |
| 2.1.2. As presunções formais | 69 |
| 2.1.3. A função das presunções | 71 |
| 2.1.4. Presunções para-empíricas, anti-empíricas e não-empíricas | 72 |
| 2.1.5. A prova contrária | 75 |
| 2.1.6. As praesumptiones homini | 76 |
| 2.1.7. Breves considerações sobre a proposta de Jerzy Wróblewski | 77 |
| 2.2. Michele Taruffo | 78 |
| 2.2.1. A tipologia das presunções | 80 |
| 2.2.2. As presunções legais absolutas | 81 |
| 2.2.3. As presunções legais relativas | 83 |
| 2.2.4. As presunções simples | 88 |
| 2.2.5. A noção de “máximas de experiência” ou a necessidade de generalizações | 91 |
| 2.2.6. Breves considerações sobre a proposta de Michele Taruffo | 96 |
| 2.3. Daniel Mendonca | 99 |
| 2.3.1. A noção de presunção | 99 |
| 2.3.2. Os enunciados de presunção | 103 |
| 2.3.3. O caráter e a função das presunções | 105 |
| 2.3.4. A fórmula de presunção | 109 |
| 2.3.5. Bloqueio e destruição | 111 |
| 2.3.6. Breves considerações sobre a proposta de Mendonca..... | 112 |
| 2.4. Lorenzo Peña e Txetu Ausín | 115 |
| 2.4.1. As presunções e o processo de formação de crenças | 117 |
| 2.4.2. As presunções como “alternativas teóricas” | 119 |

| | |
|--|-----|
| 2.4.3. O caráter veritativo das presunções | 122 |
| 2.4.4. A obrigação imposta ao julgador | 126 |
| 2.4.5. Breves considerações sobre a proposta de Lorenzo Peña e Txetu Ausín | 127 |
| 2.5. Josep Aguiló Regla..... | 129 |
| 2.5.1. “É presumível” vs. “Será presumido”..... | 130 |
| (1) “É presumível” | 130 |
| (2) “Será presumido” | 133 |
| 2.5.2. Presunções-regra e presunções-princípio | 136 |
| 2.5.3. O caso das presunções iuris et de iure..... | 141 |
| 2.5.4. Breves considerações sobre a proposta de Josep Aguiló Regla | 143 |
| 2.6. Conclusões parciais | 145 |

CAPÍTULO 3.

A PRESUNÇÃO SEGUNDO OS FILÓSOFOS JURISTAS: RECONSTRUTIVISTAS INDIRETOS

| | |
|--|-----|
| 3.1. Daniel González Lagier | 147 |
| 3.1.1. Os elementos da inferência probatória | 148 |
| 3.1.2. Três tipos de inferência probatória | 150 |
| 3.1.3. Fundamento, finalidade e força das conexões e as presunções no Direito | 156 |
| 3.1.4. Breves considerações sobre a proposta de Daniel González Lagier..... | 161 |
| 3.2. Giovanni Tuzet | 164 |
| 3.2.1. O argumento da ignorância: da falácia ao reconhecimento seu potencial epistêmico..... | 165 |
| 3.2.2. O contexto jurídico e o significado da ausência de prova. | 167 |
| 3.2.3. O argumento da ignorância e as presunções..... | 171 |
| 3.2.4. Breves considerações sobre a proposta de Giovanni Tuzet | 176 |
| 3.3. Conclusões parciais | 179 |

CAPÍTULO 4.
REDEFININDO AS PRESUNÇÕES

| | |
|--|---------|
| 4.1. Ronald Allen e a proposta de eliminação do conceito de presunção na experiência norte-americana | 181 |
| 4.1.1. As presunções e o ônus de produção | 185 |
| 4.1.2. As presunções e o ônus de persuasão | 188 |
| 4.1.3. As presunções e o perigo das instruções ao Júri | 190 |
| 4.2. As presunções para além de sua eliminação | 194 |
| 4.3. Os expedientes de determinação dos fatos na experiência continental | 195 |
| 4.3.1. Ônus da prova e presunção | 195 |
| 4.3.2. Ficção Jurídica e presunção | 202 |
| 4.3.3. Raciocínio inferencial probatório e presunção | 211 |
| 4.4. O compromisso epistêmico do Direito | 221 |
| 4.5. A proposta de redefinição propriamente dita | 229 |
| 4.5.1. Caráter normativo | 230 |
| 4.5.2. Fundamento empírico | 234 |
| 4.5.3. Fato básico | 237 |
| 4.5.4. Prova contrária | 240 |
| 4.6. As presunções: entre decisões sobre como decidir e as razões para atuar | 243 |
| CONCLUSÃO | 253 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 257 |